

PROCEDIMENTO N.º P25/AD/AMT/2024

AJUSTE DIRETO

**Aquisição e instalação de sistema de controlo de
acessos ao edifício sede da AMT**

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Exmos. Senhores,

A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), através da Deliberação nº AMT - D330/2024 de 13/12/2024, do Conselho de Administração, vem convidar V. Exas. à apresentação de uma proposta tendente à Aquisição de sistema de controlo de acessos ao edifício sede da AMT, com vista à respetiva adjudicação, a qual será executada de acordo com o Caderno de Encargos.

O procedimento pré-contratual adotado é o ajuste direto, regime geral, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º ambos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

Para o efeito, a apresentação da proposta deverá obedecer ao seguinte procedimento:

1. CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. PRAZO E MODO DE ENTREGA

1.1.1. A proposta deve ser apresentada, através da plataforma eletrónica de contratação pública em uso pela AMT, com o endereço www.acingov.pt até às 23h59m59s do dia 20/12/2024.

1.1.2. A apresentação da proposta deve obedecer aos termos definidos no CCP e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

1.1.3. A entidade convidada é obrigada a manter a proposta apresentada por um período não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.

1.1.4. Todos os documentos enviados, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.

1.1.5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando

o poder de representação e assinatura do assinante.

1.2. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

1.2.1. A proposta deverá ser instruída com os seguintes documentos, de apresentação obrigatória:

- a)** Declaração de aceitação do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, nos termos do disposto na alínea a) do número 1 do artigo 57.º do CCP;
- b)** Documento que contenha o atributo da proposta, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP: indicação do preço contratual, unitário e global (sem IVA, expresso em algarismos e por extenso, devendo ainda mencionar expressamente que ao referido preço acresce o IVA, com indicação da taxa aplicável), de acordo com o qual a entidade convidada se dispõe a contratar, bem como a apresentação decomposta dos objetos contratuais;

1.2.2. A não apresentação de algum dos documentos descritos no ponto anterior determina a exclusão liminar da proposta apresentada.

1.2.3. Além do referido no ponto 1.2.1 a proposta deve incluir também informação sobre:

- a)** Suporte Técnico: Disponibilidade e métodos de suporte técnico (telefone, e-mail, assistência técnica).
- b)** Manutenção: Condições e frequência de manutenção preventiva e corretiva.
- c)** Prazo de Entrega: Tempo estimado para a entrega dos equipamentos e conclusão da instalação.

1.2.4. Sem prejuízo do acima exposto, integra também a proposta quaisquer outros documentos que contenham atributos da proposta, de acordo com os quais a entidade convidada se dispõe a contratar e que esta os apresente por considerar que aqueles documentos são indispensáveis para o referido efeito, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

1.2.5. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pela entidade convidada, nos termos do artigo 66.º do CCP.

2. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

3. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS

3.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento podem ser solicitados pela entidade convidada e devem ser prestados, nos termos do presente convite.

3.2. Os referidos pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados através do endereço referido no ponto 1.1.1. supra, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.

3.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo Gabinete de Contratação Pública (GCP), e remetidos através do endereço acima identificado, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

3.4. Ao que não esteja expressamente regulado no presente ponto, aplicar-se-á o regime jurídico constante do artigo 50.º e do artigo 64.º, ambos do CCP.

4. ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

4.1. Pode ser apresentada, pela entidade convidada, uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento, por si detetados, nos termos previstos nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 50.º do CCP, bem assim como deve, o GCP, identificar os respetivos termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, de acordo com o n.º 6 do mesmo artigo 50.º.

4.2. A lista de erros e omissões referida, deve ser apresentada pela entidade convidada, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos

termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP, através do endereço referido no ponto 1.1.1. supra.

4.3. A pronúncia quanto aos termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites pelo GCP, deve ser notificada através do endereço acima identificado, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, considerando-se rejeitados todos os erros e omissões que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

4.4. Ao que não esteja expressamente regulado no presente ponto, aplicar-se-á o regime jurídico constante do artigo 50.º e do artigo 64.º, ambos do CCP.

5. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E HABILITAÇÃO

5.1. Concretizada que esteja a adjudicação, esta é notificada ao adjudicatário através do endereço de correio eletrónico identificado no ponto 1.1.1. supra.

5.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a AMT notificará o adjudicatário para:

- a)** Apresentar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação descritos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP bem como o Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
- b)** Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

5.3. Caso se detete alguma(s) irregularidade(s) nos documentos apresentados, será concedido ao adjudicatário um prazo de 3 (três) dias úteis para a supressão das mesmas, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

5.4. CAUÇÃO

Não haverá lugar à prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

5.5. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As notificações e as comunicações efetuadas seguem o regime previsto no CCP e devem ser remetidas através do endereço de correio eletrónico referido no ponto 1.1.1. supra.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. No presente procedimento não haverá lugar à apresentação de propostas variantes.

6.2. Em tudo o omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP, no Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

Anexos:

- Anexo I - Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

ANEXO I

Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

- 1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ...
 - b) ...
- 3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- 7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e

constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º